

SOUZA, Daniel A. de. PRÁTICAS POLÍTICAS E O MOS MAIORUM NO PRINCIPADO ROMANO: UMA LEITURA DE PLÍNIO, O JOVEM. (UNESP/ Assis)

As *Cartas* de Plínio, O Jovem (62-113) estão distribuídas em 10 livros, divididas da seguinte maneira: 9 livros contêm a correspondência privada e 1 livro contém a correspondência oficial com Trajano, elaborado quando Plínio ocupava o governo do Ponto-Bitínia. O *Panegírico de Trajano* foi lido quando Plínio assumiu o consulado, em setembro do ano 100, e constitui uma peça de frases de exaltação, componentes de um discurso de agradecimento ao imperador. A documentação pliniana é reveladora do cotidiano romano, tanto no que respeita à vida urbana como à vida rural. Plínio desempenhava ainda a função de advogado no Fórum romano e era um grande proprietário de terras espalhadas por três regiões da Itália: a Transpadana, a Úmbria e o Laurentino.

A produção das *Cartas* obedece a um princípio pragmático. O produtor deste conteúdo, Plínio e seus correspondentes, apresenta a visão de mundo de uma camada social romana filtrada pela experiência histórica da apropriação e da exploração econômica da terra.

A linguagem utilizada para retratar a situação econômica é comum ao segmento envolvido nas *Cartas* e reproduz experiências individuais comuns. As situações mencionadas fazem parte das relações entre os interlocutores e representam o pensamento econômico e a ação de um grupo social que desempenha papel significativo na ordem imperial romana.

A carreira pública de Plínio pode sustentar a análise, desde que compreendida no contexto de fortuna familiar como critério tradicional entre os romanos na classificação da cidadania e na fixação de sua hierarquia. Plínio é um *homo novus*; descende de um ramo provincial aculturado com a colonização romana. Educado em Roma por Quintiliano, assessorado pelo tio, Plínio, o Velho, como não era filho de senadores, vestiu a *toga virilis* com o *latus clavus* aos dezesseis anos de idade. Entre os dezoito e vinte anos ingressou na Corte dos Centúviro, exercendo aí a função de *decemvir stlitibus iudicandis*. Nessa mesma ocasião, é indicado para cumprir o tribunato militar na legião da Síria (Carta I.12.), onde desempenhou uma função administrativa e financeira. O efetivo ingresso na carreira senatorial deu-se com a ascensão à questura, graças à proteção e à recomendação imperial, provavelmente no ano 86. Por volta do ano 91, Plínio já ingressara na Pretura, depois de uma rápida passagem pelo Tribunato da Plebe ou pela Edilidade da Plebe, provavelmente em 88, dada a sua condição de origem não-patrícia. Com esse ingresso, habilita-se

como cidadão qualificado para os principais serviços do imperador. Assim é que, após a Pretura, é nomeado para a *praefectura aerari militaris*, ocupada entre 94 e 96, e para a *praefectura aerari Saturni*, possivelmente entre 98 e 100. Em setembro deste ano, assume o consulado, oportunidade em que fez um pronunciamento no Senado, o Panegírico de Trajano, em agradecimento ao imperador. Logo em seguida ao consulado, veio o augurado, o posto de *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis*, entre 104 e 105 ou entre 106 e 107. A sua carreira pública encerra-se na função de *legatus augusti* na província do Ponto-Bitínia, provavelmente entre 111 e 113.

Por meio da análise de Plínio constata-se que no final da república romana e nos dois primeiros séculos de nossa era, a cultura romana passa a ser difundida junto com a sua dominação política e militar. Cria-se, segundo Franco Cambi, “uma unidade espiritual do Império, ligada à língua e às traduções literárias, romanizando regiões que eram diferentes e até discordantes entre si - pela etnia, pela crença religiosa, pelos costumes, pela língua.”(1999, p. 117).

A ação política dos imperadores, principalmente em relação à formação dos cidadãos, foi implantar escolas nas várias regiões provincianas para que a idéia de *romanitas* fosse incorporada pelas classes aristocráticas provincianas então receptoras da cidadania romana.

No período citado, percebe-se, principalmente na documentação pliniana, a existência de uma conotação política. É necessário que se faça esta análise política do I e II século para que possamos entender a constituição do ideal e da prática política romana no principado a partir da documentação referenciada.

A leitura da documentação pliniana possibilita entender as práticas políticas no Principado Romano, especificamente na segunda metade do I século, e, principalmente, em Roma.

É importante ressaltar que o significado do termo “político”, tanto para os gregos quanto para os romanos na antiguidade, designa mais do que simplesmente estar engajado às questões políticas, significa desempenhar todas as obrigações de um cidadão, como se casar e gerar filhos, ser piedoso e participar da vida pública. Estes aspectos pragmáticos são possíveis de ser identificados na literatura pliniana.

Para um romano a família é o princípio fundamental da vida, pois era por meio dela que os cultos religiosos da família (ancestrais) eram prolongados, por isso a necessidade de se ter filhos. São os filhos, que educados de acordo com os preceitos da *humanitas*, transmitem à posteridade todo o *ethos* da sociedade romana.

A historiografia greco-romana em muito ajudou a criar esse pensamento de decadência romana, como ressalta Le Goff, levando muitos estudiosos a pensarem o Principado como um período em que os valores religiosos e morais da cidade deveriam ser restaurados, principalmente a partir do resgate da prática religiosa e política fundamentada no *mos maiorum*. Deve-se ressaltar que antiguidade desconhecia o sentido de decadência, podendo apenas ser percebida de uma perspectiva religiosa, especificamente no crescimento do cristianismo, que surgiu supostamente para suprir toda essa carência de valores morais.

O estoicismo não estava voltado para o crescimento do cristianismo, uma vez que este se caracterizava no I e II séculos apenas como mais uma das seitas que entravam em contato com o Império Romano. Pelo contrário, estava voltado para a ação da *virtus*, um dos valores englobados na *humanitas* ao lado da *pietas* e da *fides*, que significam respectivamente, respeito aos deuses e aos homens e o cumprimento dos seus deveres políticos.

Nas palavras de Grimal, “os deuses não ordenam aos homens que se conduzam desta ou daquela maneira, apenas exigem o cumprimento dos ritos tradicionais (1984, p. 68). Dessa forma é importante analisarmos os aspectos intrínsecos na formação do cidadão, tanto os religiosos como os políticos, por que a partir dessa análise perceberemos a relação entre as idéias de Plínio e os anseios políticos-filosóficos do estoicismo romano.

Por meio de uma análise documental e historiográfica podemos dizer que o Principado romano apresentava aspectos diferenciados de poder, sem, entretanto, que se possa afirmar que o Principado tenha perdido a sua verdadeira condição de regime especialmente marcado pela concentração do poder individual do Imperador romano. Lendo as *Cartas* de Plínio, o Jovem nota-se a referência a situação de outros momentos do Principado para justificar o próprio momento vivido pelo autor das Cartas. Um exemplo disso são as citações de Nero e de Domiciano, destacando aspectos comuns a ambos: as perseguições políticas, os confiscos de bens e o crescimento do papel do *libertus* nos quadros da administração imperial. Neste período, o Principado passa por uma revisão de conceitos graças à emergência definitiva das aristocracias municipais e provinciais.

A ascensão dos *novi homines* e dos *liberti* é o aspecto mais importante a considerar na evolução do Principado romano no I século d.C. O estudo de diversos setores da vida pública e privada romana no período revela essa importância graças ao grande prestígio dado pelos homens de origem recente como a vida militar, a vida doméstica, as atividades culturais e a vida

administrativa. Estes aspectos estão visivelmente presente na documentação pliniana e devem ser analisados sob a perspectiva da elaboração de *exempla* e de relatos intencionais ou não intencionais para a difusão das idéias políticas romanas. Neste período, a máquina estatal se amplia, fazendo com que o Imperador se indisponha com grupos políticos prejudicados pelo vazio do poder em que são colocados. A oposição ao poder é inspirada pelo estoicismo e busca um novo equilíbrio no resgate da *res publicae* (liberdade, tradição). Em várias ocasiões, as *Cartas* demonstram passagens que representam os conflitos políticos. Plínio, o jovem relata práticas políticas fundamentadas no clientelismo.

Para se afirmar no poder, o Imperador rompe com o passado buscando o apoio dos *novi homines*. Nero foi o primeiro a agir nesse sentido perseguindo aqueles que eram contrários a seus interesses, principalmente os filósofos estóicos e as famílias tradicionais, confiscando os seus patrimônios. Após a morte de Nero, nos governos de Vespasiano, Tito e Domiciano (os Flávios), cresceu o poder dos *novi homines* e, principalmente sob Domiciano, permaneceu a perseguição às idéias de liberdade (*res publicae*), com a restauração do "terror" da época de Nero. Com a morte de Domiciano, o *vetus Nerva* assume o poder com o papel de colocar como seu sucessor um cidadão que conciliasse principado e liberdade. Seu governo foi de transição. Com Trajano, que o sucedeu, confirma-se no papel do *Princeps* o ideal de conciliação, de homem, de cidadão, de pai, o que se contrapõe com a idéia de deus, tirano e senhor. A virtude mais apreciada no *Princeps* é a *moderatio*, que equilibra as demais, afasta os excessos e cria a harmonia. Por sua vez as cartas de Plínio ilustram este quadro das práticas e representações políticas romanas na época de Trajano. Plínio, o Jovem expressa a transmissão escrita dos valores morais e sua ação está voltada também para preservar o passado heróico dos romanos. O seu discurso acaba por tornar-se a memória de um grupo a partir das lembranças de um homem, ou de alguns homens, e é isto que cabe ao historiador revelar.

A correspondência oferece também informações a respeito de dois casamentos contraídos por Plínio, havendo possibilidade de um terceiro, cujas indicações são apenas indutivas. Um dado ressalta dos dois casamentos conhecidos: as duas esposas pertencem a famílias proprietárias de bens fundiários espalhados pela Itália do Norte e pela Itália Central.

A correspondência atesta formas de acumulação de patrimônio pessoal e familiar, pela via da compra, da herança (da família e de terceiros) e dos casamentos, graças ao recurso do *matrimonium cum manu*.

Plínio, o Jovem, apresenta a visão de mundo de uma camada social romana filtrada pela experiência histórica da apropriação e da exploração econômica da terra, o que pode ser confirmado e melhor detalhado na documentação pliniana, produzida entre 96 e 112 d.C. A linguagem utilizada para retratar a situação econômica é ordinária ao segmento envolvido nas *Cartas* e reproduz experiências individuais comuns. As situações mencionadas fazem parte das relações entre os interlocutores e representam o pensamento econômico e a ação de um grupo social que desempenha papel significativo na ordem imperial romana. O historiador dispõe de uma correspondência organizada literariamente, a ser compreendida mais amplamente do que a própria organização verbal. A identidade de interesse detectável na linguagem utilizada induz a uma relação concreta no âmbito da convivência política, um dos suportes da prática literária e das formas de elaboração do conjunto da Correspondência e do Panegírico.

Neste ínterim, o tratamento dispensado à obra literária não se completa no estudo semântico e filológico dos textos, tarefa erudita e necessária ao trabalho do historiador. A problematização do conteúdo da obra literária integra o seu conteúdo no contexto histórico, que, ao mesmo tempo, ela representa e reproduz. É que " a literatura não está *nas* palavras ou na forma de agenciamento *das* palavras, mas em um conjunto de regras que subordinam as palavras a certa forma de comunicação" (LIMA:1986. p. 194). A tarefa do historiador é, então, manter os fenômenos a partir dos documentos, apoiado "...sobre uma realidade ou pelo menos sobre uma ação social e econômica que permita aos homens conservar e inclusive desenvolver estruturas psíquicas susceptíveis de favorecer a compreensão da sua condição e uma tomada de consciência" (GOLDMANN: 1976. p. 36).

Assim sendo, a obra literária, enquanto documento, "...constitui a matéria-prima do historiador, por outro lado é inequívoco que o lado problemático de sua tarefa está em como interpretá-lo. Em palavras sintéticas: o problema da história como "ciência" consiste no estatuto das interpretações que ela oferece" (LIMA: 1986. p. 199).

A postura ideológica de Plínio, o Jovem manifesta-se de acordo com a condição dos seus ouvintes, já que todos participam, em tese, do mesmo grupo social, ou se identificam com ele, cujo discurso apresenta pontos comuns, que os relatos carregados de refinamento, até de pedantismo, não conseguem esconder.

A partir de uma abordagem histórica cultural é possível identificar os ideais morais de Plínio, o Jovem e os anseios políticos estóico-romanos do I século. Utilizaremos o conceito de

“prática” e de “representação” de Chartier (1990) para a abordarmos a vida política apresentada na documentação, principalmente no que concerne às práticas políticas da filantropia e do evergetismo inerentes à prática política clientelista .

Propondo que o conceito de representação tome um sentido mais particular e historicamente mais determinado, o autor conceitualiza representação como a exibição de uma presença, como a apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1990 p.20). Dessa forma, procurar-se-á uma representação dos ideais da cidadania romana, sendo interiorizados de forma inconsciente a partir de um sistema de representações e de valores que não precisam ser explicitados para que uma sociedade a partilhe (CHARTIER, 1990 p. 41). A partir do conceito de representação pode-se traçar esses ideais políticos-filosóficos romanos.

Para análise da fonte, entendemos que o documento é sempre portador de um discurso que com certeza não é “inocente”, como se refere Le Goff (1986 p.221), e deve ser analisado como tal, sob um olhar inquiridor à procura de indícios.

O texto, depois de separado de seu autor e das circunstâncias em que foi produzido como diz Eco, “flutua no vácuo de infinitas possibilidades de interpretações” (s/d, p.48). Porém o autor adverte que há critérios para limitar a interpretação, justamente para que não se caracterize como uma superinterpretação (s/d, p.47). A análise hermenêutica, seguindo o modelo de Eco, se mostra um método de interpretação da fonte, procurando fazer uma análise a partir dos indícios que revelem a intenção do texto respeitando o pano de fundo cultural e lingüístico de Plínio.

Acredita-se que cabe ao historiador, a partir de seu método de análise, reconstituir esse pano de fundo sócio-cultural que permeia e dá historicidade ao texto analisado e percebido como documento, ou seja, fonte histórica. As características peculiares da fonte em questão assumem a necessidade de uma análise dos discursos constituídos a partir de uma produção literária tão difundida e significativa em suas estratégias de veiculação de pensamentos e de ideais político-filosóficos característicos do primeiro século do Principado Romano.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988 p.250-262.

Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, Cia de Jesus, 1712. 3V.
- BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Ed. 70, 1986.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, EDUNESP, 1999.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no Apogeu do império*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FINLEY, M.I. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985.
- FUNARI, Pedro Paulo. *A análise documental e o estudo da Antigüidade Clássica*. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. *Antigüidade Clássica, a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. *Comentário ao texto de Ciro Flamarion Cardoso, "Epistemologia pósmoderna, texto e conhecimento: a visão do historiador"*, Diálogos, Maringá, 3,3,1999, 43-48.
- _____. (Org.) . *Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.
- _____. *Roma, vida pública e vida privada*, 11 ed.. São Paulo: Atual, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Trad. Álvaro Cabral. 2a. ed. Rio: Zahar, 1987.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1984.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- GUARINELLO, Norberto. Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. Trad. F. Carotti. São Paulo: Cia Das Letras, 1989.
- HARVER, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio: Ed. Guanabara, 1986.
- MOMMSEN, Theodor. Zur Lebensgeschichte des jüngereren Plinius. *HERMES*, Berlim:31-139, 1869.

OLIVEIRA, Andréa L. D. *Poder e Mito: o Principado na literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. *Mito e História nas Cartas Plinianas*. 1997. Tese (Livre-Docência em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SECUNDUS, C. Plinius Caecilius. *Lettres*. trad. A. M. Guillemin. Paris: Belles Lettres, 1953. 3 vol.

_____. *Lettres*. trad. De Sacy. 3a. ed. Paris: Panckoucke, 1826. 3 vol.

_____. *Letters*. trad. W. Melmoth. London: Harvard University, 1958. (Loeb Classical Library). 2 vol.

_____. *Lettres*. trad. C. Sicard. Paris: Garnier Frères, 1931. 2 vol.

TOO, Yun Lee (org). *Education in Greek and Roman Antiquity*. Beiden, Boston: Brill, 2001.

VEYNE, Paul. *A Sociedade Romana*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

_____. (org). *O Império Romano*. In.: História da Vida Privada. Do Império ao ano Mil. São Paulo: Cia das Letras, pg. 19-223, 1994. (Coleção História da Vida Privada vol. 1).